

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.697 - CE (2019/0345997-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FRANCISCO JOEL MOURA DE ALENCAR (PRESO)
ADVOGADOS : ELIZÂNGELA DOS SANTOS SILVA - CE018100
RAYANNE EMMANUELLY ARRUDA DA SILVA E OUTRO(S) -
PE041469
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por FRANCISCO JOEL MAOURA DE ALENCAR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento do HC n. 0630882-87.2019.8.06.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso no dia 22/12/2017 por ter supostamente praticado os delitos do art. 157, §2º, I e II, art. 180, art. 121, §2º, VII, c/c o art. 14, II, e 307, todos do do Código Penal - CP (roubo, receptação, homicídio qualificado, falsa identidade).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECEPTAÇÃO. ROUBO MAJORADO. CRIME DE TRÂNSITO. FALSA IDENTIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO E PLURALIDADE DE RÉUS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RELATIVIZAÇÃO DO EXCESSO DE PRAZO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca o impetrante o relaxamento da prisão preventiva do paciente - preso em flagrante delito pela suposta prática dos delitos capitulados nos arts. 157, § 2º, incisos I e II; art. 180; art. 121, § 2º, VII, c/c art. 14, II; e art. 307, todos do CPB - sob o fundamento do flagrante excesso de prazo na formação da culpa. 2. Inobstante a complexidade da causa e a pluralidade de réus, com citação pela via da precatória, constata-se, in casu, a ocorrência do excesso de prazo alegado, o qual deve ser relativizado tendo em conta periculosidade da conduta perpetrada pelo paciente e a contumácia na seara delitiva. 2. Verificada a necessidade da custódia provisória do paciente, mesmo que se evidencie o excesso de prazo, cabe a aplicação do princípio da proibição

Superior Tribunal de Justiça

da proteção deficiente do Estado, segundo o qual permitir que indivíduos perigosos permaneçam em liberdade, sem qualquer tipo de fiscalização estatal, seria incorrer em proteção deficiente. 3. E de ser mantida a custódia preventiva do paciente, vez que inobstante o excesso de prazo configurado, mister se faz garantir a ordem pública, cabível in casu o princípio da proibição deficiente do Estado. 4. Ordem conhecida e denegada (fl. 11).

No presente recurso, alega a ocorrência de constrangimento ilegal, pois seria flagrante o excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que estaria acautelado desde o dia 22/12/2017.

Narra que após o oferecimento da denúncia, foi marcada a audiência de instrução para 30/04/2019, depois de 1 ano e 4 meses da data da prisão, momento em que o juiz de primeiro grau declinou da competência da Vara do Tribunal do Júri. Remetido o processo para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Horizonte/CE, o processo foi devolvido novamente à Vara de origem, para abrir prazo ao Ministério Público para manifestação sobre o declínio da competência.

Pleiteia, assim, o relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 141/142).

É o relatório.

Decido.

O presente reclamo traz pedido idêntico ao formulado no HC 544.874/CE, cuja liminar foi indeferida por decisão de minha lavra, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no *Habeas Corpus* n. 0630882-87.2019.8.06.0000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste recurso.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ. MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já

Superior Tribunal de Justiça

formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Ante o exposto, em consonância com o disposto no art. 34, inciso XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator